

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA NO FEMININO

ANA CABRERA

CIMJ – CENTRO INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO

Este número especial da revista *Media e Jornalismo*, que nos orgulhamos de publicar digitalmente, é inteiramente dedicado à apresentação de resultados parciais do projeto de investigação *Política no Feminino – Política de género e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares* (PTDC/CCI-COM/102393/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e sediado no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ).

A investigação decorreu entre 2009 e 2012, centrando-se na análise da representatividade política das deputadas e na visibilidade jornalística das questões de género, em quatro ciclos políticos da vida democrática portuguesa, entre 1975 e 2002, designadamente: o PREC (1975-1976), o Bloco Central (1984), o Cavaquismo (1985-1995) e o Guterrismo (1995-2002).

Trata-se de um recorte temporal que traduz uma enorme diversidade política: a instabilidade vivida durante o PREC e o posterior percurso de institucionalização da democracia; os compromissos políticos e a conflitualidade entre o PS e o PSD que caracterizaram o governo do Bloco Central, culminando na progressiva aproximação à Europa que levou à adesão de Portugal à UE em 1986; a homogeneidade ideológica de duas maiorias consecutivas do PPD/PSD, a que sucederam duas maiorias lideradas pelo PS.

A prioridade inicial foi construir uma base de dados, desenvolvida através da consulta dos dados disponíveis no Arquivo da Assembleia da República, que possibilitasse traçar o perfil das deputadas ao longo do tempo, incluindo variáveis como o número, as funções e cargos desempenhados, a filiação partidária, o círculo eleitoral de eleição, as habilitações académicas e profissionais, o número de mandatos exercidos, o trabalho desenvolvido nas comissões parlamentares, as intervenções no hemiciclo, as iniciativas legislativas apresentadas, etc.

Foi a partir deste precioso instrumento de trabalho, moroso e complexo de organizar, que se desenvolveram as restantes perguntas de investigação, nomeadamente a identificação e sistematização dos principais momentos de apresentação e debate de questões de género, em sede parlamentar.

Escolhemos analisar em profundidade quatro temas, alguns deles prolongando-se por várias legislaturas, nomeadamente: o debate em plenário sobre os *Princípios Fundamentais* da Constituição Portuguesa, em Agosto de 1975; os três debates sobre a lei do aborto/IVG, decorridos em 1984, 1997 e 1998; a organização do Parlamento Paritário em 1994; a discussão sobre as quotas em 1999 e a aprovação da Lei da Paridade em 2006.

Foi também nosso objetivo analisar a visibilidade mediática alcançada pelas deputadas

no decurso das suas intervenções parlamentares e, nessa medida, seleccionámos os jornais generalistas mais representativos em cada um dos ciclos políticos, incluindo títulos como o *Diário Popular*, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Independente* e o *Expresso*. As peças seleccionadas nos jornais, relativas à cobertura jornalística de cada um dos temas, foram objeto de uma análise quantitativa (em SPSS) e qualitativa, combinando várias metodologias.

O nosso trabalho inclui uma análise dos textos jornalísticos e das fotografias publicadas, posicionando-se assim como um contributo extremamente inovador para compreendermos como as mulheres políticas são simultaneamente *faladas* e *retratadas* na imprensa portuguesa.

As conclusões retiradas da análise de 297 peças jornalísticas e 336 imagens fotográficas, relativas a questões de género, permitiram traçar a evolução das tendências de cobertura, das práticas e narrativas jornalísticas, bem como das principais modalidades de interacção entre jornalistas e deputados, ao longo dos vários ciclos políticos e períodos históricos.

Estamos muito honradas em abrir esta revista com um artigo da Professora Victoria Camps. Trata-se de uma investigadora que alia o percurso académico (Catedrática em Ética pela Universidade Autónoma de Barcelona, instituição da qual também é vice Reitora) à intervenção cívica. Foi senadora independente pelo PSOE da Catalunha de 1993 a 1996; presidente da Comissão de Estudos dos Conteúdos Televisivos do Senado e atualmente é membro do Comité de Bioética de Espanha e da Fundação *Víctor Grifols i Lucas* e dos Comités de Ética de diversos hospitais. Autora de mais de onze livros, Victoria Camps destaca-se pelo seu papel na defesa da mulher na vida pública, da democracia e de uma ética que conduza à promoção da cidadania.

No seu artigo *La Visibilidad de la Mujer en el Siglo XXI*, defende que a imagem da mulher mudou radicalmente neste século, em resultado de reivindicações, de movimentos feministas e de uma luta organizada nos fóruns nacionais e internacionais contra a discriminação e pela igualdade de direitos. Mas reconhece que ainda falta o tratamento equitativo não só na política mas nas condições de vida e de trabalho.

Victoria Camps interroga-se como se vê a mulher a si mesma – processo que designa por *autocompreensão* – e refere que as novas gerações demonstram “uma maior satisfação pelo facto de serem mulheres, e uma menor consciência de género”, acrescentando que na luta pela igualdade de género houve um processo de aculturação onde a mulher adotou padrões masculinos e o homem padrões femininos.

No entanto, as responsabilidades familiares, o cuidar, continuam a ser encargos maiores para as mulheres. Considera que é inevitável uma mudança estrutural que passa pelo questionamento do pensamento liberal que transporta as diferenças biológicas para as diferenças sociais, económicas e políticas, marginalizando a mulher. Defende a construção de um novo paradigma que rompa com a separação entre a esfera pública e a esfera privada, em prol da ideia de que o privado é político e a paridade não é um fim em si mesmo.

O artigo de Carla Martins, *O género da Assembleia da República em 36 anos de democracia: Parlamento mais paritário mas ainda um “clube masculino”*, apresenta, nas

grandes linhas, as conclusões da análise longitudinal da representatividade feminina parlamentar desde a Assembleia Constituinte de 1975 até ao início da XII Legislatura (2011), contrapondo duas dimensões: a que advém dos resultados eleitorais (representatividade eletiva) e a que resulta da dinâmica da própria Assembleia, com a rotatividade de titulares do cargo de deputado (representatividade efetiva).

O incremento da presença feminina no Parlamento coincidiu com três períodos históricos em que o défice de mulheres nos lugares de decisão política foi identificado como um *problema* de cidadania e passou a integrar a agenda política, designadamente: nas primeiras eleições livres, em 1975; durante o ciclo político socialista de 1995-2002; em 2009, com a aplicação dos mecanismos previstos na Lei da Paridade aprovada três anos antes.

A análise do perfil académico e profissional das titulares de mandato parlamentar revela um reforço das suas qualificações ao longo de 36 anos de democracia. Os dados confirmam que, previamente à sua estreia parlamentar, a maior parte das deputadas tinha tido já algum contacto com algum tipo de atividade política, incluindo o desempenho de cargos partidários. Esta constatação desafia a tese segundo a qual, distintamente do recrutamento masculino, o das mulheres se baseia predominantemente na especialização técnica, mais do que na experiência política. Comprova-se que, pelo contrário, esta é determinante na sua seleção para integrarem as listas eleitorais.

No artigo *A Assembleia Constituinte, as mulheres deputadas e o jornalismo – tendências de cobertura jornalística (1975-76)*, Carla Baptista caracteriza as principais tendências do jornalismo parlamentar durante a Assembleia Constituinte. Centra-se na análise e respetiva contextualização histórica da cobertura jornalística de um dos momentos integrados no projeto: a discussão sobre os *Direitos Fundamentais* a incluir na Constituição da República Portuguesa, em Agosto de 1975.

O objetivo é identificar as evoluções e as continuidades registadas no jornalismo, determinar o modo como os jornalistas parlamentares selecionam e valorizam os temas e os protagonistas das suas histórias e oferecer uma explicação para a quase invisibilidade de mulheres deputadas e das suas iniciativas nas narrativas jornalísticas construídas sobre a Constituinte.

A primeira parte do artigo *O feminino como “intruso” na política - uma análise do contexto histórico e da representação jornalística das deputadas portuguesas no Parlamento Paritário e na discussão da Lei da Paridade*, de Ana Cabrera, Teresa Flores e Maria José Mata, identifica os momentos chave da agenda internacional e nacional sobre o empoderamento das mulheres e os percursos da discussão sobre os temas das quotas e da paridade. Caracteriza ainda a situação das mulheres portuguesas durante a década de 1990, bem como as posições ideológicas dos partidos no poder, permitindo compreender o contexto histórico e político de emergência das questões de género.

Na segunda parte, o artigo centra-se na cobertura fotojornalística dos três debates parlamentares sobre o assunto da paridade — o Parlamento Paritário, em 1994, a discussão e votação da proposta de lei das quotas, em 1991, e da paridade, em 2001 e 2006. Analisa o modo como cinco jornais generalistas portugueses usaram as imagens para investir valores na construção de género, através de um estudo comparativo das diferenças e seme-

lhanças de representação entre deputados e deputadas em cada um desses momentos.

São apresentados os dados quantitativos resultantes da aplicação de uma grelha de análise de imagem e é feita uma análise qualitativa multimodal da cobertura fotojornalística efetuada pelo *O Independente* durante o Parlamento Paritário e pelo *Diário de Notícias* durante a discussão sobre as quotas. As conclusões apontam para a adequação do discurso jornalístico, quer visual quer textual, às tradicionais formas patriarcais de representação do feminino que o dissocia do poder e da liderança, configurando-o como “intruso” na política e não como parceiro.

No artigo *Look Who’s Talking – a case study of media representation and framing on the abortion issue by Portuguese MPs (1996-1998)*, Ana Prata analisa a cobertura jornalística dos debates relativos ao aborto, ocorridos em 1997 e 1998. Compara a representação das deputadas em comparação com a dos seus pares masculinos, a partir dos conceitos de *standing* (afirmação) e *framing* (enquadramento). Interroga a quase invisibilidade dos movimentos de mulheres favoráveis à despenalização do aborto e discute os défices de pluralidade e diversidade que resultam de uma excessiva partidarização destes debates que marcaram profundamente a sociedade civil portuguesa.

O artigo *Deputadas parlamentares e Redes Sociais ou o mito das redes como facilitadoras de proximidades entre as políticas e os cidadãos*, de Patrícia Contreiras, analisa a forma como as parlamentares da XII legislatura, com início em 2011, utilizam as redes sociais para potenciar a visibilidade das suas iniciativas e aumentar o grau de interacção e participação dos cidadãos. Procurando avaliar a qualidade da chamada democracia digital para o reforço da cidadania e da intervenção política, conclui que o uso das redes sociais ainda é feito de uma forma instrumental, episódica e decalcada dos meios tradicionais de comunicação que assentam numa difusão unilateral, retirando-lhe parte da sua eficiência.